



Série Ossatura – Luciana Bertarelli, fotografia e xilogravura

## **Femicídio político nas águas da maré feminista: deixando o pessimismo para dias melhores<sup>1</sup>**

Political femicide in the waters of the feminist tide:  
leaving pessimism for better days

Adriana A. **SILVA**<sup>2</sup> (Culturas Infantis da Faculdade de Educação Unicamp/Campinas, Brasil)

Ana Lúcia Goulart de **FARIA**<sup>3</sup> (Universidade Estadual Campinas, Brasil)

**RESUMO:** *O presente texto aborda a temática eleitoral com um movimento em dois polos: o primeiro rema contra a corrente do pessimismo da razão perante a dupla tragédia brasileira em tempos de pandemia, para o otimismo da vontade pegando fôlego com a maré feminista e as vitórias expressivas de candidaturas feministas, especialmente de mulheres pretas, indígenas, trans e coletivos feministas, fenômeno emergente e potente no contexto brasileiro. E nessa perspectiva, colocamo-nos em movimento no segundo polo da reflexão, posicionando-nos como “intelectuais orgânicas” e tendo como estratégia política buscarmos a partir de nossa práxis no campo da educação, especialmente no contexto da formação de professoras, evidenciar a luta por creches como locus histórico do movimento de mulheres, da luta feminista, problematizando a divisão sexual do trabalho, visando contribuir nos processos de profissionalização e politização docente, um dos pontos centrais na criação coletiva em torno de pedagogias descolonizadoras.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Eleições 2020; Feminismos; Educação emancipadora; Creche; Pedagogias descolonizadoras.

**ABSTRACT:** The present text addresses the electoral theme with a movement in two poles: the first one paddles against the current of the pessimism of the intellect in face of the double Brazilian tragedy in times of pandemic towards the optimism of the will, catching a breath with the feminist tide and the expressive triumphs of feminist candidacies, especially of black women, indigenous, trans, and feminist collectives – an emerging and powerful phenomenon in Brazilian context. And in this perspective, we put ourselves in motion at the second pole of reflection, placing ourselves as “organic

---

<sup>1</sup> Frase da professora Rose Cipriano, candidata a deputada estadual em 2018 e vereadora em 2020 pelo PSOL na baixada fluminense. Extraída do documentário *Sementes: mulheres pretas no poder*, 2020.

<sup>2</sup> Pesquisadora no Gepedisc Culturas Infantis da Faculdade de Educação da Unicamp. silvadida07@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagoga, professora, marxista, feminista, criancista, criançaóloga. criepeq@unicamp.br



intellectuals” and having as political strategy to seek from our praxis in the field of education, especially in the context of women teachers' formation, to highlight the struggle for daycare centers as a historical *locus* of women's movement, of feminist struggle, problematizing the sexual division of labor, aiming to add to the processes of professionalization and politicization of teachers, one of the central points in the collective creation around decolonizing pedagogies.

**KEYWORDS:** Elections 2020; Feminisms; Emancipatory education; Daycare Center; Decolonizing pedagogies.

## Introdução:

*Um espectro ronda o Brasil e demais países da América Latina que vai ser toda feminista*

Iniciamos (e fecharemos) nossa argumentação com duas (três) sequências históricas recentes, que nos inflamaram de esperanças e otimismo da vontade perante o pessimismo da razão, frente à tragédia bolsonarista, na qual vivemos em meio a mais de 200 mil mortos no Brasil, pela pandemia do coronavírus.

A primeira trata-se de imagens recentes, de final do fatídico ano de 2020, em Buenos Aires, com a maré de lenços verdes no dia 26 de dezembro de 2020, quando, em decisão histórica no Senado, após décadas de lutas dos movimentos sociais, é aprovada a legalização do aborto na Argentina.

**Figura 1:** Maré verde argentina



Foto: Agência de Notícias RedAcción

**Fonte:** Portal Catarinas<sup>4</sup>

A segunda remete às eleições municipais no Brasil, aludindo no campo da esquerda às posses das vereadoras pretas, trans, Lgbt's pelo Brasil todo, no dia 01 de

<sup>4</sup> Disponível em: <https://catarinas.info/mare-verde-a-trajetoria-das-argentinhas-na-luta-pela-legalizacao-do-aborto/> . Acesso em: 10 jan. 2021.

janeiro de 2021, com um novo, emergente e cada vez mais potente ‘mosaico feminista’ no cenário político brasileiro.

**Figura 2** Mosaico Feminista.



Fonte: Portal Catarinas

Os resultados gerais das urnas também se refletiram no balanço do mosaico feminista: Foram mais de 340 pré-candidaturas, 287 candidaturas, cobrindo 22 estados, 120 municípios, 9 partidos (PCdoB, PCB, PDT, PSB, PSOL, PT, PV, Rede, UP). O perfil foi majoritariamente formado por mulheres negras (55%) e mães (46%). Do total, 32 candidaturas foram eleitas, 65% são candidaturas negras. Foram 65 candidaturas LGBTQs e 5 eleitas, 4 mulheres com deficiência candidatas, uma delas eleita. Duas mulheres trans, 1 eleita. Das 16 candidaturas coletivas (6%), 5 foram eleitas ao legislativo (16%).<sup>5</sup>

Também destacamos o movimento das candidaturas indígenas, que, segundo A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, foram 236 candidaturas eleitas de 71 povos indígenas no primeiro turno das eleições municipais, afirmando que esse já é o maior número de parentes e parentas eleitos na história do Brasil<sup>6</sup>. Cabe destacar que houve alta na representatividade das mulheres indígenas; em 2016, foram eleitas 15 mulheres de povos originários no Brasil, 8% de todos os indígenas eleitos naquele ano. Em 2020, foram 41 mulheres eleitas, que representam 17% de todos os indígenas que terão cargos eletivos municipais a partir de janeiro.

Porém, reconhecemos o inevitável pessimismo da razão com a ressaca eleitoral do ponto de vista estrutural<sup>7</sup>, como bem analisa Plínio de Arruda Sampaio Jr, em *Ressaca eleitoral*<sup>8</sup>, no periódico digital *A terra é redonda* (on-line): os resultados foram desoladores, com o avanço da direita conservadora, mesmo que não favorecendo as candidaturas que tinham o apoio de Bolsonaro, mas com uma massiva derrota das candidaturas do PT, fortalecendo parcialmente o PSOL, sobretudo com o que

<sup>5</sup> Disponível em: <https://catarinas.info/2020-frutos-feministas-para-ativar-o-novo-ano/> . Acesso em: 4 jan. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/11/17/eleicoes-2020-em-contagem-parcial-apib-mapeia-159-candidatos-indigenas-eleitos/> . Acesso em: 4 jan. 2021.

<sup>7</sup> Sobre a questão estrutural nesta perspectiva de análise perante as pequenas vitórias nas eleições 2020, cabe destacar as reflexões de Silvio Almeida, no prefácio do livro *Armadilhas da Identidade: raça e classe nos dias de hoje*, São Paulo, Veneta, 2019, de Asad Haider, referente à importância e complexidade deste debate no campo da esquerda e do debate marxista, apontando a necessidade de uma historicidade perante os grupos que defendem uma pauta identitária, porém indissociável das condições históricas de sua opressão e exploração.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ressaca-eleitoral/> . Acesso em: 4 jan. 2021.

visualizamos como as possibilidades perante os limites e as contradições da nossa frágil democracia.

Cabe destacar que o cenário de crise política e a sanitária do COVID, que desencadeou a pandemia, colocando as pessoas em suspenso, em um longo isolamento, no Brasil, é agravado por este momento político terrível, pois sofre-se uma dupla pandemia, do vírus e dos vermes que ocupam a presidência, em uma dupla tragédia à brasileira.

Salientamos que não se trata de uma tragédia recente, uma vez que a história brasileira é marcada pela constante crise colonialista de exploração e opressão; nunca houve normalidade, com um estado violento, escravocrata, constantemente violando os direitos humanos por meio de práticas institucionais. Um panorama agravado pelo neoliberalismo, com sua lógica “que subjuga a vida ao poder da morte (necropolítica), reconfigurando as relações entre resistência, sacrifício e terror”. (MBEMBE, 2018, p. 71), em uma normalidade insana, como bem afirma Antunes: “[...] é importante destacar que essa tragédia social não é causada pelo coronavírus, ainda que seja amplificada exponencialmente pela pandemia. Isto porque a tragédia social antecede a atual situação pandêmica.” (2020, p. 185).

O autoritarismo de Bolsonaro se manifesta no seu “tratamento” da epidemia, tentando impor, contra a Assembleia, contra os governos dos estados, e contra seus próprios ministros, uma política cega de recusa das medidas sanitárias mínimas, indispensáveis para tentar limitar as dramáticas consequências da crise (confinamento, etc). Sua atitude tem também traços de social-darwinismo (típico do fascismo): a sobrevivência dos mais fortes. Se milhares de pessoas vulneráveis – idosos, pessoas de saúde frágil – virem a falecer, é o preço a pagar: “O Brasil não pode parar”! (LÖWY, 2020, p. 149)

A partir dessas premissas, o presente ensaio tem como intuito apresentar um percurso reflexivo com dois movimentos centrais, tendo como inspiração chave a máxima de Gramsci “contra o pessimismo da razão, o otimismo da vontade”<sup>9</sup>. O primeiro traz uma breve reflexão das eleições 2020, problematizando a “ressaca eleitoral” sob a perspectiva das sementes feministas plantadas após o assassinato da vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio de Janeiro, junto com seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018.

No segundo movimento, posicionando-nos como “intelectuais orgânicas”<sup>10</sup> e tendo como estratégia política buscarmos a partir de nossa práxis no campo da educação, especialmente no contexto da formação de professoras, evidenciar a luta por creches como *locus* histórico do movimento de mulheres, da luta feminista,

<sup>9</sup> Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2015/03/18/pessimismo-da-razao-otimismo-da-vontade-notas-para-um-aforisma-pre-gramsciano/> . Acesso em: 4 jan. 2021.

<sup>10</sup> Cabe destacar a importância de retomar as reflexões contemporâneas acerca do papel dos intelectuais numa perspectiva marxista; nesta direção, salientamos o artigo de Giovanni Semeraro, da UFF, bem interessante a respeito da historicidade desta proposição política. Intelectuais “Orgânicos” em tempos de Pós-Modernidade. In: *Cadernos Cedex*, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf> . Acesso em: 4 jan. 2021.

problematizando a divisão sexual do trabalho como um dos pontos centrais na criação coletiva em torno de pedagogias descolonizadoras.

Argumentamos acerca da centralidade do conceito de trabalho, na perspectiva do materialismo histórico, com foco nas contribuições do marxismo feminista, que inspira a compreender os esquemas de opressão e exploração de mulheres, crianças, negros/as, pobres, os/as excluídos/as da história como um dos fundamentos centrais em torno dos desafios da profissionalização e politização docente. Destacamos que, nas contradições da feminização da docência na Educação Básica, cabe uma maior reflexão dos processos de como a profissão docente na creche se insere no seio dos movimentos de resistências culturais. (BUFALO, 2009).

Nessa mesma direção, de evidenciar as resistências, ou, como defende Nancy Fraser, dar visibilidade e compreender a atualidade complexa da luta de classes nas “lutas de fronteira” (FRASER, 2015), que curam ou nos inflamam de otimismo da vontade que fechamos nosso percurso aqui com ‘navegar é preciso’, apresentando uma breve exposição de como a maré feminista negra (FIGUEIREDO, 2020) tem reenergizado de potências da resistência para construção de novos paradigmas, com outros princípios éticos, estéticos e políticos. Aponta-se a necessidade urgente de um giro epistemológico em torno das tecnologias sociais históricas das mulheres negras de garantir a vida em condições adversas, com criatividade, solidariedade, sororidade, visando às relações de educação e cuidado em coletividades populares, potencializando saberes e fazeres nas creches e pré-escolas brasileiras.

Por fim, fechamos com uma breve reflexão da nossa práxis, a partir da insurgência metodológica de descolonização dos territórios-corpos, reinventando novos modos de ser-estar no mundo, por meio da reapropriação das inúmeras linguagens e das ações que são construídas na educação e em especial na Pedagogia da Infância: pedagogia das relações, pedagogia da escuta, pedagogia da diferença, pedagogia da maravilha, com a indissociabilidade do educar e do cuidar, do pensar e do fazer, do corpo e da mente, da razão e da emoção, da experiência e do saber. Valorizando a produção das culturas infantis nas continuidades da Educação Infantil com os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem nas infâncias brasileiras potências de produções de conhecimento, por uma pedagogia macunaímica, indígena, africana, europeia, híbrida à brasileira: fundamentalmente anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e antiadulocêntrica.

**Marielle, cadê você? *Aqui aqui aqui...* Monica Benicio, a viúva, faz coro, eleita pelo PSOL com mais de 22 mil votos, ela promete um mandato "feminista e antifascista"<sup>11</sup>:**

Duas bases inspiradoras alimentam nossas reflexões iniciais; trata-se de recentes produções audiovisuais, documentários autorais acerca de aspectos da realidade brasileira.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/16/viuvade-marielle-monica-benicio-e-eleita-vereadora-no-rio-de-janeiro> . Acesso em: 4 jan. 2021.



O primeiro, *Sementes: mulheres pretas no poder* (2020), dirigido por Ethel Oliveira e Julia Mariano, é um registro documental, poético e político das repercussões do feminicídio político<sup>12</sup> de Marielle Franco, acompanhando a jornada das mobilizações de indignação em massa, semeando o fortalecimento de candidaturas pretas e feministas no Rio de Janeiro, no pleito eleitoral seguinte à sua morte, com especial destaque às mulheres negras ligadas à Marielle, pelo PSOL ou que trabalharam junto à vereadora. Dessas mulheres, pretas, periféricas, 3 foram eleitas como deputadas estaduais e 1 como deputada federal; uma delas foi candidata à prefeitura do Rio de Janeiro nas últimas eleições. O documentário salienta esse percurso do luto à luta, com um cinema de guerrilha, investido de uma militância e um compromisso político.

Já em *Lute como uma menina* (2016), que nos inspirou na elaboração do nosso artigo *Lute como uma menina! O verbo é lutar desde o nascimento na vida de meninas e mulheres*, para o dossiê Rosa Luxemburgo (SILVA; FARIA; FINCO, 2019), trata-se de um registro das mobilizações estudantis em São Paulo em torno do fechamento das escolas de Ensino Médio pelo governo estadual, com a documentação das ocupações, enfrentamentos com a polícia e importantes depoimentos dos processos de formação política pelas/os jovens da rede pública estadual paulistana.

Ambas as produções são protagonizadas por jovens mulheres de grandes capitais brasileiras, envolvidas com movimentos de luta e resistência, por direitos, direitos humanos, direitos à educação, escola, dignidade e vida. Trata-se de referências e interlocuções com as quais nos posicionamos também no campo da linguagem, na intersecção das Ciências Sociais com as Artes, em especial o cinema documentário em sua articulação com a vida concreta e muitas vezes com os processos de politização da arte, em tempos de estetização da vida, como nos alertou o filósofo Walter Benjamin (2013), em seu célebre ensaio *A obra de arte e sua reprodutibilidade técnica*, de 1935, ao analisar a ascensão do nazi-fascismo na Europa.

É nessa perspectiva que compreendemos essas obras, que politizam a arte com documentários repletos de possibilidades reflexivas dos processos de resistência, em especial retratando questões de auto-organização das massas, no âmbito dos movimentos sociais, em especial o insurgente e potente movimento feminista. Por isso, insistimos na potência da simbologia das “Sementes” com as mulheres pretas no poder, como uma cura para a ressaca eleitoral e os caminhos do pacto consensual da esquerda institucional, com a nau da governância naufragada após o golpe contra a primeira e única presidenta brasileira eleita democraticamente, Dilma Roussef.

---

<sup>12</sup> “A conceituação de feminicídio político parte da observação inquietante da nossa sociedade e o contexto sobre o qual ocorre a execução sumária de uma mulher com carreira ascendente na política. Marielle foi eleita por 46.502 pessoas, que compreenderam que toda a sua luta contra as desigualdades sociais, em especial as de gênero, raça e classe, é necessária para que a humanidade não se desumanize”, por Renata Souza, deputada estadual do PSOL no Rio de Janeiro. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116\\_307529.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116_307529.html) . Acesso em: 4 jan. 2021.

**Figura 3:** Charge do cartunista Gilberto Maringoni, gentilmente cedida para capa do livro *Porque a creche é uma luta das mulheres: Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade*



Fonte: Teles, Santiago e Faria, 2018.

### **A creche como *locus* de luta das mulheres, espaço/tempo de formação e atuação política:**

Nessa tragédia social em que estamos imersos, há um processo de acirramento da disputa político-ideológica dos campos mais conservadores e nefastos da sociedade, com contradições desafiadoras e efeitos colaterais terríveis. Como exemplo, colocando nosso campo em debate, citamos dois episódios com as infâncias brasileiras em foco; foram situações emblemáticas destes tempos pandêmicos: a morte ou o assassinato do menino Miguel, no Recife, pela patroa de sua mãe, empregada doméstica; o segundo episódio trágico foi a perseguição de uma menina de 10 anos, estuprada desde os 6 anos, grávida, com seu direito ao aborto legal ameaçado por uma exposição midiática promovida pela ativista Sara Winter, que já foi publicamente declarada uma filha da ministra Damares Alves, titular do atual Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e que defende publicamente que “não é a política que vai mudar a nação, mas a igreja” (SEMERARO, 2020, p. 06), grande articuladora do movimento contra o aborto, pró-vida, que vida? Perguntamo-nos que mulheres são essas que, em defesa da vida, promovem um desgoverno que incita de diferentes formas à morte?

Este cenário de necropolítica que assola o Brasil e demais países da América Latina, com diferentes abordagens religiosas em confronto numa velada “guerra dos deuses” (LÖWY, 2000), tem especial foco de perseguições as questões de gênero, como bem retrata o documentário *Gênero sob ataque* (2016), em uma disputa acirrada por rebanhos, com interesses econômicos e políticos, com a sua parcela de horror à brasileira junto das três bancadas: a evangélica-religiosa; a da bala, ligada aos militares, milicianos e a do boi, com os ruralistas, compondo nosso trágico cenário político institucional.

Nesta perspectiva, situada em uma crise estrutural, pandêmica, com mais de 200 mil mortos, mas com sintomas históricos de horror de mais de 500 anos de colonização,



com uma série de genocídios, estupros, feminicídios, infanticídios, dentre outras violações de direitos humanos, que nosso presente percurso reflexivo se debruça nesse contexto de ressaca eleitoral. Problematicamos a urgência de metodologias de pesquisa, ensino e extensão em torno de uma práxis transformadora, que tem como concepção que a liberdade é uma luta constante, inspirada em Angela Davis (2016), em que as condições impõem resistir para existir.

A partir dessa problematização que delineamos a urgência do trabalho formativo com professoras, na sua maioria mulheres, considerando que são a grande maioria na Educação Básica, professoras, educadoras, com ou sem Magistério e/ou Pedagogia. Considerando os desafios da profissionalização e politização da docência, sobretudo na Educação Infantil, que ainda reflete contradições estruturais da cisão entre educar e cuidar, como uma potência política de empoderamento perante as crises de reprodução social. Reforça-se que a crise da pandemia trouxe uma centralidade na dimensão do cuidado, categoria fundamental da existência humana, situada no campo do trabalho e da reprodução social, que historicamente vem sendo construída pela divisão sexual do trabalho em uma esfera afetiva, atrelada às formulações subjetivas, controle das emoções, dos mitos em relação ao amor materno, essencialmente da ordem do feminino, pouco, mal ou não remunerado. Como ironiza Rita von Hunty (2019), a mulher não é um centro de reabilitação<sup>13</sup>.

Salientamos que a docência que vem sendo inventada na Educação Infantil é marcada por uma positividade da sua feminização histórica, como revelou a pesquisa de Ana Beatriz Cerisara (1996), há mais de vinte anos, nas complexas tramas da maternagem e dos preconceitos nas relações de educação e cuidado, presentes na divisão sexual do trabalho com contradições e possibilidades. A Saudosa Bea, como gostava de ser chamada, além de pioneira, ao destacar a positividade do feminino no trabalho docente na creche, mesmo ao se afastar do contexto acadêmico, sempre com suas gargalhadas e alegria contagiante, instiga à rebeldia, à desobediência civil, hoje tão necessárias neste momento político de trágicos retrocessos na Educação Infantil. (FINCO; SILVA; FARIA, 2018).

Nossa práxis e seus questionamentos centrais situam-se em trajetórias de pesquisa, extensão e articulação política em torno de proposições do Simpósio Temático Creche e Feminismo, no Seminário Internacional Fazendo Gênero, importante evento multidisciplinar na área de gênero e estudos feministas, envolvendo academia e movimentos sociais, realizado periodicamente na Universidade Federal de Santa Catarina. A partir ou em conexão com a experiência desse evento, três publicações se destacam: *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora* (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015); *Porque a creche é uma luta das mulheres: inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!* (TELES; SANTIAGO; FARIA, 2018) e *“Isso aí é RACHISMO!” Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras* (SILVA; FARIA; FINCO, 2019), na interlocução com pesquisadoras/es de diversas regiões do país.

Cabe também ressaltar que esse movimento de divulgação científica insere-se em um contexto de pesquisas acerca das relações de gênero, analisando as culturas

---

<sup>13</sup> *Mulher: Centro de Reabilitação*, vídeo disponível em seu canal no youtube, Tempero Drag. <https://www.youtube.com/watch?v=OEr0kbUrNUs&feature=youtu.be> . Acesso em: 11 jan. 2021.

infantis e as relações de poder entre as meninas pequenas e os meninos pequenos de 0 a 6 anos, visualizando a pedagogia das relações entre elas/es e entre elas/es e as/os profissionais docentes de creche e pré-escola, com uma contribuição para um Estado da Arte, publicado nos *Cadernos Pagu*, em 2006. (FARIA, 2006). Estado da arte em constante movimento, atualizado com pesquisas realizadas até 2016 e ainda esparsas na área da Educação Infantil, com foco na luta feminista e nos estudos de gênero, contribuindo para as modificações no cotidiano da educação da pequena infância e na construção de uma pedagogia não sexista. (FARIA; SILVA; SILVA; FINCO, 2018).

## **Problematizando a divisão sexual do trabalho nos processos formativos:**

No primeiro movimento, busca-se focar nos/nas sujeitos/sujeitas das pesquisas, do ensino e da extensão, perguntando-se quem são as professoras que constroem a Educação Básica no Brasil? Mulheres das classes populares? Negras, indígenas, casadas, homoafetivas, heteronormatizadas, lésbicas? A hipótese é que são múltiplas e complexas, porém, para o presente campo de análise, o que as une é que são professoras, ou seja, exercem como atividade profissional a docência, com ou sem diploma, no caso específico de muitas educadoras, (chamadas auxiliares, pajens, ADI, recreacionistas, dentre tantas denominações) na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

Embora seja notório o processo de feminização da docência na Educação Básica brasileira (DEMARTINI; ANTUNES, 1993; ALMEIDA, 1996), há um processo histórico complexo de imbricações do trabalho das mulheres, alinhado ao trabalho doméstico, às questões de classe, raça/etnia e às expectativas de reprodução social ligadas à maternidade, nas “naturalizadas” atribuições das relações sociais de sexo, entre homens e mulheres.

Vianna, em *O sexo e gênero na docência* (2006), problematiza as relações de feminização da docência, com as configurações de gênero em sua construção histórica, social e cultural como categoria fundamental para compreender esse fenômeno; salienta também a massiva presença feminina, mas com múltiplos e contraditórios processos de identidade docente entre homens e mulheres.

De acordo com o primeiro Censo do Professor, 14,1% da categoria é constituída de homens e 85,7% de mulheres. Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com 52 mil professores brasileiros, mostra que 97,4% dos docentes de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental são mulheres. Elas ocupam 80,6% das 5ª até às 8ª séries desse ensino e 60,8% do Ensino Médio. A pesquisa da CNTE aponta ainda que, dos diretores, coordenadores e supervisores ligados à Educação Básica, 90,1% são mulheres. (VIANNA, 2006, p. 83)

Na perspectiva de pensar as questões de identidade docente, parte-se da centralidade do trabalho como o eixo articulador da presente problematização, visando situar este trabalho nas relações de profissionalização e politização docente dessas mulheres trabalhadoras, que exercem uma docência carregada na complexidade, que envolve a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo (HIRATA; KERGOAT, 2007), que historicamente produzem hierarquias, opressões, explorações e desigualdades.

Como produzir a vida sem o trabalho das mulheres? Como problematizar a crise

mundial a partir da perspectiva do trabalho, em relações imbricadas de sexo/gênero, raça/etnia, classe, como afirmam Falquet e Cisne (2020):

Na era da mundialização neoliberal, o “trabalho desvalorizado” e “considerado feminino”, gerados por corpos feminizados e/ou racializados, são marcados pela intensificação da jornada de trabalho, pela precarização e pelo trabalho gratuito. As relações de sexagem permitem que o trabalho, o corpo e o tempo das mulheres sejam apropriados gratuitamente. Já os corpos masculinos e/ou racializados são atribuídos à guerra e à segurança. Esses “homens armados” geram violência diária que mantém as “mulheres de serviço” em uma situação de precariedade e permanente excesso de trabalho. (p.425)

Porém, destaca-se que desde a greve de mulheres, após a eleição nos EUA do presidente Donald Trump, em 2016, o movimento feminista transnacional vem repolitizando o dia 8 de março, e evidenciando a problematização da divisão sexual do trabalho e da crise da reprodução social, bem como os altos índices de violências contra as mulheres e os feminicídios em escala global, tendo, dentre outras, as palavras de ordem: “Se nossas vidas não importam, produzam sem nós!”

Nancy Fraser, importante pensadora contemporânea do marxismo feminista, problematiza a necessidade de ampliar a concepção do capitalismo e da luta de classes, sugerindo novas interpretações do trabalho de Marx, sobretudo de interpretação e questões de método; em especial destacamos o foco na análise da mais valia sobre o trabalho de reprodução social.

Um deles é o giro epistemológico da produção para a reprodução social - as formas de provisionamento, atenção e interação que produzem e mantêm os laços sociais. Denominada de distintas maneiras como ‘cuidado’, ‘trabalho afetivo’ ou ‘subjetivação’, esta atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo, sustentando-os como seres naturais corporificados, enquanto também os constitui como seres sociais, formando seus habitus e a substância sócioética, ou Sittlichkeit, na qual eles se movimentam. O central aqui é o trabalho de socialização da juventude, a construção das comunidades, a produção e a reprodução dos significados compartilhados, as disposições afetivas e os horizontes de valor que estruturam a cooperação social. Nas sociedades capitalistas, boa parte, embora não tudo, destas atividades acontece fora do mercado, nos lares, nas vizinhanças e em algumas instituições públicas, incluindo escolas e creches; e boa parte disto, embora não tudo, não assume a forma de trabalho remunerado. Todavia, a atividade sócio-reprodutiva é absolutamente necessária à existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo como tal. O trabalho remunerado não poderia existir sem o trabalho doméstico, a criação de filhos, a educação escolar, o cuidado afetivo e uma série de outras atividades que ajudam a produzir as novas gerações de trabalhadores, a reabastecer as existentes, a manter laços sociais e compreensões compartilhadas. Tal como a ‘acumulação original’, portanto, a reprodução social é uma condição de possibilidade de fundo indispensável da produção capitalista. (FRASER, 2015, p. 713)



Em *Feminismo para os 99%: um manifesto*, de Arruzza, Bhattacharya e Fraser, publicado no Brasil, em 2019, inspiradas no Manifesto Comunista (1998), são apresentadas teses relevantes para além de entender a divisão sexual do trabalho, ao problematizar as crises da reprodução social e visualizar as possibilidades da luta anticapitalista no contexto de um feminismo transnacional.

Ressaltamos que, anteriormente à pandemia, já se problematizou a Divisão Sexual do Trabalho em contextos formativos, no âmbito do Fazendo Gênero 2020 (adiado para 2021), compondo o Simpósio Temático: Creche e Feminismo, articulado no eixo do Trabalho, situando a creche como *locus* histórico da luta feminista, articulando as discussões em torno do conceito de trabalho, a partir da problematização da maternidade, da indissociabilidade da educação e do cuidado na reprodução da vida e a divisão sexual do trabalho. Levam-se em conta as imbricações de classe, raça, gênero como eixos fundantes na construção de pedagogias descolonizadoras desde a pequena infância e os desafios estruturais de transformação da sociedade capitalista, que é baseada fundamentalmente na exploração de classe, raça, gênero e idade.

Nesta direção, enfatiza-se a articulação da creche como um *locus* de despatriarcalização do Estado, buscando em uma práxis feminista contribuir com os processos de formação de professoras e professores da Educação Infantil. (SILVA; MACEDO, 2018)

Silvia Federici é escritora marxista feminista italiana, autora conhecida entre nós pelos livros *Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva* (2017) e recentemente *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), ambos publicados pela Editora Elefante (tradução do Coletivo Sycorax), e *Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais* (2019), pela Editora Boitempo. No livro *O ponto zero da revolução*, a autora traz um conjunto de ensaios publicados em diferentes momentos e contextos (1979 a 2000), ressaltando que “o ponto zero é tanto um local de perda completa quanto um local de possibilidades, pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução” (contracapa).

Considerando a dupla pandemia, com a crise sanitária e política sem precedentes na história, na qual se está em suspenso, em um ponto zero, pois não é possível voltar à normalidade, que trouxe até esse estado de horror estrutural; isso significa reconhecer a realidade em que se vive como algo que deve ser problematizado e transformado. Neste sentido, Federici faz um chamado para uma política em que as mulheres sejam reconhecidas como prioridades, desnaturalizando as relações de trabalho, historicizando-as sobretudo do ponto de vista afetivo, compreendendo esse processo.

Nada sufoca tão efetivamente nossa vida quanto a transformação em trabalho das atividades e das relações que satisfazem nossos desejos. Do mesmo modo, é pelas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver a nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado. (FEDERICI, 2019, p. 41)

Ao problematizar as questões do cuidado em sua dimensão de trabalho, é importante destacar as contribuições da socióloga Helena Hirata (CNRS, França / USP) que, na *live Trabalho e cuidado em tempos de pandemia*, transmitida ao vivo em 5 de agosto de 2020, no CEA UFFRJ, trouxe alguns dados, em especial uma pesquisa realizada pela SOF (Sempre viva Organização Feminista), intitulada “O trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, que enfatiza que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, salientando que há uma feminização do trabalho do cuidado no Brasil, e que em outros países não necessariamente esse fenômeno se repete, mas a precarização e desvalorização desse trabalho é recorrente.

Assim como Hirata, destacam-se os trabalhos de Daniele Kergoat, diretora emérita de pesquisa do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), que faz parte da equipe de Gênero, Trabalho e Mobilidade do CRESPEA (Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris); ambas têm numerosos trabalhos como teóricas do feminismo materialista, com imensa contribuição na elaboração dos conceitos de divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo e consubstancialidade e coextensividade das relações sociais.

Em 2018, a Organização Feminista SOS Corpo de Recife, importante instituto feminista de pesquisa, educação popular feminista, comunicação e ativismo político, que tem como uma das suas tarefas a elaboração e difusão da teoria feminista crítica e emancipatória, publicou, no Brasil, o livro *Lutar, dizem elas...*, uma coletânea de artigos de Kergoat que, em entrevista, afirmou: “A revolta contra as relações de classe, de sexo e de raça, estruturou minha vida e orientou minhas pesquisas”, e no texto de abertura Hirata salienta as conexões França – Brasil:

Exploração, opressão e dominação são dimensões indissociáveis para Danièle Kergoat (1978, 2012) na França, assim como para Heleieth Saffioti no Brasil (1976, 1984). Exploração econômica e opressão de sexo caracterizam a dominação masculina e a desigualdade social que marcam a situação das mulheres, apesar de grandes mudanças ocorridas em sua realidade econômica, social, política e jurídica no decorrer do século XX. Como diz Danièle no capítulo que abre esse livro, “patriarcado e capitalismo se revezam, para explorar dominando e dominar explorando” (p. 36 desta edição) (HIRATA, 2018, p. 14)

Em relação à exploração e dominação indissociável do capitalismo no tocante às mulheres, a socióloga brasileira Heleieth Saffioti foi pioneira no Brasil nos estudos referentes às mulheres na sociedade de classes, suas condições de trabalho e preservação da vida perante as complexidades da máquina patriarcal, ou seja, a estrutura social que sustenta as relações de poder fundamentadas na opressão e exploração das mulheres, das crianças, dos sujeitos desprovidos do poder patriarcal.

Saffioti explicita em seus trabalhos como essas relações de poder alimentam as relações intergeracionais, que, numa perspectiva adultocêntrica, hierarquizam concomitantemente a opressão que aliena as mulheres em sua condição de oprimidas, fazendo-as reproduzir nos filhos e nas filhas processos opressores. Do mesmo modo

como o patrão faz com os homens, fazem com a mulher, a mulher com a criança, em uma reprodução da ideologia patriarcal por parte das mulheres, a opressão em cadeia, em uma síndrome do pequeno poder (SAFFIOTI, 2015). A saudosa socióloga marxista feminista publicou sua tese de livre-docência, *A Mulher na sociedade de classes*, em 1969, sob orientação de Florestan Fernandes, mas, com a ditadura e os desafios da esquerda machista, ficou anos esgotada, sendo relançada e redescoberta a partir dos anos 2000, com novas publicações pela Editora Expressão Popular.

Em *Gênero Patriarcado e Violência*, Saffioti (2015) apresenta relevante pesquisa a respeito da violência contra as mulheres no Brasil, realizada pela Fundação Perseu Abramo, no final dos anos 1990. Traz análises dos enredamentos que envolvem as relações de gênero e a violência; segundo a autora, trata-se do entrelaçamento do racismo e do sexismo que sustenta a sociedade de classes, em um nó entre patriarcado-racismo-capitalismo, (2015, p. 134), com uma estrutura de poder que unifica as três ordens de produção de desigualdades e perversidades sistêmicas de gênero, de raça/etnia e de classe social.

Falquet, em seu livro *Pax neoliberalia: perspectivas feministas sobre (la reorganizacion de) la violencia contra las mujeres* (2017), também apresenta pesquisas no contexto latinoamericano (El Salvador, Guatemala e México), cruzando diferentes níveis de análises a respeito da violência contra as mulheres em uma perspectiva global, com dinâmicas que imbricam sexo, raça e classe. Um sistema complexo, que também envolve as dinâmicas de resistência e o movimento transnacional de criação de estratégias coletivas em torno dos corpos-territórios das mulheres.

Deparar-se com dados estarrecedores de mais de 200 mil mortos pelo Covid no Brasil, figurando como campeão mundial de morte materna, a violência doméstica e os feminicídios em alta, crianças mortas pela polícia (ou com a desculpa falaciosa de “balas perdidas”) ou pela patroa da mãe, são fatos que incitam em busca de reflexões analíticas para compreender essas perversidades e desigualdades, sempre.

Problematizar as mulheres a serviço do sistema, Damaris, Sara Winter, a patroa da mãe do menino Miguel na branquitude racista, sexista, elitista, compreender o quanto a interseccionalidade e a consubstancialidade ajudam a compreender que não existe a categoria uniforme de mulheres, as pessoas são atravessadas por suas relações de gênero, raça/etnia, classe e idade, por seu pertencimento e por seus posicionamentos políticos.

Neste momento de pandemia, possibilidades metodológicas de pesquisas, ensino e extensão na direção da politização e profissionalização docente que atuem na transformação deste mundo e na reinvenção de novas relações sociais têm mobilizado grupos de estudos coletivos críticos, compostos em sua maioria por mulheres, com perspectivas feministas que vêm somando esforços nessa frente, em velhos e novos movimentos.

Defendemos que construir processos formativos em uma perspectiva crítica, com posicionalidade anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, revisitando o pensamento pioneiro de Heilieth Saffioti com o nó capitalista, na indissociabilidade do racismo, sexismo e na crítica radical ao patriarcado seja uma possibilidade concreta em torno de uma educação infantil feminista a partir do foco estratégico revolucionário de ação política na formação de professoras-profissionalização e politização docente.



## **Navegar é preciso: pedagogias descolonizadoras na transgressão à invenção brasileira por uma pedagogia macunaímica:**

Como afirma a escritora Conceição Evaristo (2016), “combinaram de nos matar e combinamos de não morrer”, ou nas jovens feministas, “somos as netas das bruxas que vocês mataram”, estas expressões são chaves de resistência descolonizadora.

A possibilidade, na interpretação do processo de descolonização em curso no século XXI, com uma certa licença poética, seria o mundo à la Eduardo Galeano (2019), saudoso poeta uruguaio, um mundo grávido pelas demoníacas Mulheres que produzem vida e reexistem ao capitalismo, com seu sistema mortal regente, que é o patriarcado.

Também convém destacar que no início de agosto 2020 foi lançado o Mapa das mulheres indígenas – ISA (Instituto Sócio Ambiental), que trouxe os principais dados do levantamento que, segundo o Sistema de Áreas Protegidas do ISA (SisArp), há 1.029 organizações indígenas no Brasil (janeiro de 2020). Desse total, 85 são organizações de mulheres, ou seja, há um processo cada vez maior de dar visibilidade à resistência histórica das mulheres negras e indígenas que alimentam a imaginação e conexão com outras temporalidades, neste movimento, fica o convite para voltar à sabedoria histórica das mulheres, das mulheres indígenas, com suas barreiras sanitárias em tempos de pandemia do COVID ameaçando seus territórios, sábias estratégias de resistência para impedir o contágio entre seu povo; às mulheres negras com suas irmandades e terreiros de candomblé, territórios de saberes e fazeres que têm no cuidado a centralidade de suas práticas

Nesta direção, destacamos as contribuições de duas importantes intelectuais negras, que vêm descolonizando e enegrecendo o pensamento crítico brasileiro; trata-se das contribuições de Lélia Gonzalez, em especial na transgressão da linguagem com o *pretuguês* e na proposição política de décadas atrás de um feminismo afrolatinoamericano (1984); e de Beatriz Nascimento – sobre aquilombar e *ori-entação*, conceitos e constructos fundamentais para a descolonização dos territórios-corpos: por uma pedagogia macunaímica.

Com “Cumé que a gente fica?”, transgressor “pretuguês”, da célebre epígrafe do texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980, a pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez escancarou o racismo à brasileira, que invisibiliza, hierarquiza e exclui sujeitos/as, saberes, epistemologias, apontando os principais desafios de um processo árduo de radical descolonização.

Em *Orí*, documentário de 1989, dirigido por Rachel Gerber, escrito e narrado por Beatriz Nascimento<sup>14</sup>, temos a base do seu pensamento historiográfico transgressor,

---

<sup>14</sup> Para conhecer mais a respeito da trajetória intelectual de Beatriz do Nascimento, “mulher, negra, nordestina, migrante, professora, historiadora, poeta, ativista, pensadora”, ver texto de Alex Ratts, professor do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG, coordenador do Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes (NEAAD/UFG), autor do livro *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento* - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-trajetoria-intelectual-ativista-de-beatriz-nascimento/> . Acesso em: 04 jan. 2021.

poético e político acerca da questão racial no Brasil, nas interlocuções com a África mítica Atlântica, o mar, a cultura africana e com foco na história da resistência negra a partir dos quilombos, no passado e no presente, com ressonâncias na memória do território-corpo, que se expressa nas danças, gestos, culturas híbridas, expressas em diversos movimentos de potência e resistência.

A partir das mulheres negras e das indígenas invocamos aqui no nosso percurso reflexivo duas imagens e um movimento que passe, do anjo da história da nona tese de Walter Benjamin (LOWY, 2005), a Queda do céu, de Davi Kopenawa, à crítica inevitável do destrutivo progresso capitalista que trouxe até a pandemia, com sua crise sanitária e política incomensurável, ao símbolo africano do pássaro SANKOFA, que, segundo o Dicionário de Símbolos:

A palavra Sankofa, que na verdade tem dois símbolos que a representam, um pássaro mítico e um coração estilizado, simboliza a volta para adquirir conhecimento do passado, a sabedoria e a busca da herança cultural dos antepassados para construir um futuro melhor.<sup>15</sup>

Segundo Lowy (2005), a chave do anjo da história e da redenção ao progresso capitalista e a obsessão pelo futuro desenvolvimentista destrutivo estão nas conexões com o passado e as sociedades matriarcais, analisadas por Benjamin nos trabalhos de Bachofen, assim como foram feitas por Engels, Paul Lafargue e Oswald de Andrade, na sua utopia antropofágica

[...] como deter essa tempestade, como interromper o progresso em sua progressão fatal: como sempre a resposta de Benjamin é dupla: religiosa e profana. Na esfera teológica, trata-se da tarefa do Messias; seu equivalente, ou seu correspondente profano, é simplesmente a Revolução. (LOWY, 2005, p. 93)

Porém, trata-se de um movimento revolucionário de ruptura com as armadilhas progressistas e busca da conexão com o passado, com as sociedades sem classes da chamada pré-história, registradas no inconsciente coletivo, que, em um processo dialético de relação recíproca com o novo, a partir da experiência, gesta a utopia comunista. O anjo da história da alegoria benjaminiana, no movimento de navegar em busca de utopias revolucionárias para superar a crise e transformar a sociedade, encontra-se com esse pássaro africano.

Termo de origem akan (África ocidental, região atual da República de Gana) Sankofa, significa a recuperação e valorização da rica tradição cultural africana – com seu alto nível de conhecimento – e do alto grau de desenvolvimento atingido pelas sociedades africanas. Seu símbolo é a imagem de um pássaro com a cabeça voltada para trás, estilizada no ideograma da

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-simbolo-africano/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

escrita africana adinkra. Esse símbolo, válido em todo o mundo africano, também remete ao conhecimento e à divulgação do papel dos africanos e seus descendentes na construção das sociedades de todas as Américas. (NASCIMENTO, 2008, p. 25)

*Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente* (2008), é o terceiro volume da coleção Sankofa – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, organizado por Elisa Larkin Nascimento[16]<sup>16</sup>, com textos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e as primeiras palavras da grande Iyalorixá do Candomblé, Mãe Beata de Iemanjá. Com uma abordagem interseccional, focaliza três objetos-sujeitas de reflexão: a especificidade das mulheres negras, as religiões afro-brasileiras e suas mitologias, entrelaçando com as propostas e práticas de saúde e de educação das suas comunidades.

Esta maré insubmissa e insurgente incita a visualizar um movimento tsunâmico da revolução feminista em curso, na intensidade da resistência, da organização, da invenção das mulheres, no plural movimento feminista: da pesquisa acadêmica ao ativismo político – na dimensão da práxis feminista.

Mulheres negras e indígenas do passado são as fontes de saberes e fazeres, ambas vivem dentro de todas as mulheres: são mães, avós, bisavós e sobreviveram aos horrores da escravidão, do genocídio dos povos indígenas à juventude negra e resistem há séculos. Com elas, é possível saber como vencer as políticas de morte, fortalecendo e encontrando criativas e potentes reinvenções de modos de viver, como poetiza a grande Conceição Evaristo (2016), em suas escrevivências: são insubmissas as lágrimas, dores e os corpos-mulheres negras em vivências – histórias.

Trata-se de potentes perspectivas do processo de descolonização, que, segundo Milton Santos, no documentário “Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá” (2006), que tem em seu roteiro a problematização da globalização, primeiro como fábula, com o mundo em expansão e delírio desenvolvimentista capitalista. E, em seguida, a globalização como perversidade, em um mundo em evidente decadência capitalista (como bem define o escritor indígena Ailton Krenak), e a globalização como possibilidade; de acordo com o método de análise que marcou a sua Geografia – uma filosofia das técnicas, tinha na clarividência - virtude que se adquire pela intuição, mas sobretudo pelo estudo, “tentar ver a partir do presente o que se projeta no futuro”.

No presente, o que se vê? Uma crise global sem precedentes, que coloca em suspenso, com a cruel violência doméstica aumentada com o confinamento das mulheres e das crianças em casa com seus agressores, destacando a sobrecarga do trabalho que recai sobre as mulheres. A histórica desigual divisão sexual do trabalho, com toda a sua complexidade interseccional, consubstancial de classe, raça e gênero (HIRATA, 2020), explicitando a urgência do debate acerca da economia do cuidado, reforçando a problematização da responsabilização feminina, seja das mães, tias, avós, quase que exclusiva com as crianças sem as creches, pré-escolas e escolas.

---

<sup>16</sup> A partir das experiências de pesquisa e formação do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), no período de 1983 a 1995, uma década antes da promulgação da Lei n. 10.639, de 2003.



Destacamos também os fóruns estaduais de Educação Infantil, que vêm promovendo debates e formações *on-line*, e as inúmeras *lives*<sup>17</sup> que ajudam a compreender este momento, problematizar no âmbito coletivo e apontar possibilidades de somar esforços para reinventar outros modos de educar, de cuidar, de produzir a vida.

Como afirma Federici, há uma revolução em curso, protagonizada por mulheres latino-americanas que insistem com seus corpo-territórios que têm compromisso com o princípio de que essa vida deve ser a vida digna de ser vivida. (FEDERICI, 2020).

Descolonizando corpos-territórios, buscamos articular uma Pedagogia da infância macunaímica, como um trabalho coletivo, de pesquisa, ensino e extensão do Gepedisc-linha Culturas Infantis, com inspiração no modernismo criativo do passado que, como método, é reinventado no presente, a partir do ciclo histórico de constante movimento migratório que marca a história do Brasil. O marco são os parques infantis idealizados, dentre tantos outros, mas, em 1935, pelo poeta e escritor Mário de Andrade, quando foi Diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo (FARIA, 1999), às desobediências epistêmicas que marcam o pensamento pós-colonial que vem insuflando as novas pedagogias descolonizadoras contemporâneas.

Macunaíma, personagem do livro homônimo de Mário de Andrade, publicado em 1928, considerado obra-prima da literatura brasileira, o herói sem nenhum caráter, outsider do delírio desenvolvimentista que, em sua rapsódia, apresenta a saga repleta de contradições da constituição do povo brasileiro. Esta narrativa clássica inspira a potencializar as invenções em busca de pedagogias descolonizadoras.

*Eu sou 300-350. Ai que preguiça!*<sup>18</sup>

Nesse processo, revisitamos o Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade (1990), como princípio metodológico de devorar as pedagogias críticas europeias, em especial as italianas, que inspiram com suas históricas transgressões e articulações estéticas, éticas e políticas. Com uma perspectiva criativa e crítica ao mundo capitalista, patriarcal, violento, homofóbico, individualista, conservador, racista, machista, elitista, adultocêntrico, e nesse movimento propõem-se pedagogias macunaímicas, para criar, “à brasileira”, o repertório de Pedagogias da infância.

Busca-se inspiração nas narrativas do passado, nas lendas das Amazonas e seus mitos, como o Muirakitã, que incitam o poder feminino a outras estruturas de reprodução social, com a obsolescência das tarefas domésticas vinculada à perversa divisão sexual do trabalho e do abominável desejo de lucro capitalista (DAVIS, 2016), com distintas vinculações de afeto e cuidados, como o matriarcado da utopia antropofágica

Esse passado onde o domínio materno se institui longamente, fazendo com que o filho não fosse de um só homem individualizado, mas sim, o filho

---

<sup>17</sup> Por exemplo, as 21 *lives* (52 falas transcritas) publicadas na seção “Outras Linguagens” da *Revista Zero-a-seis*, organizada por Natalia Cardia Santos, Ana Lúcia Goulart de Faria e Adriana Alves Silva (2020).

<sup>18</sup> Disponível em: <http://culturafm.cmais.com.br/radiometropolis/lavra/mario-de-andrade-eu-sou-trezentos> . Acesso em: 11 jan. 2021.

da tribo, está hoje muito mais atenta e favoravelmente julgado pela sociologia do que no tempo das afrontosas progenituras que fizeram a desigualdade do mundo. Caminha-se por todos os atalhos e por todas as estradas reais para que a criança seja considerada o filho da sociedade e não como de um irresponsável, de um tarado ou de um infeliz que não pode lhe dar educação e sustento. A tese matriarcal abre rumo. (ANDRADE, 1990, p. 213)

O rumo vislumbrado neste nosso percurso tem como princípio a radical transformação da sociedade, inspirada pela grande Rosa Luxemburgo que, com seu pensamento marxista divergente, foi visionária, ao apontar o “progresso” e a “civilização” como mitos e eixos da opressão e exploração capitalista, com a inevitável ruína econômica, cultural e ambiental de diversos territórios no perverso processo colonizador (LOUREIRO, 2018). Rosa de Luxemburgo acreditava que na crescente insegurança da existência no capitalismo há a ação autônoma das massas, proveniente da necessidade histórica que as impele à auto-organização, e tinha a aposta central que no princípio não é o verbo, mas sim a ação que move as grandes transformações. “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (LUXEMBURGO, 1991).

Por fim, voltando às eleições, ressaltamos que toda nossa trajetória de ensino, pesquisa, extensão e militância indignada<sup>19</sup> perante as perversidades sistêmicas que vivemos, anteriores, porém aprofundadas na pandemia do Covid, acentuadas na apatia de uma revolta expressiva perante o processo eleitoral, nos deixa aterrorizadas diante da farra negacionista bolsonarista, mas também potencializa a nossa extrema fúria com o desprezo à vida e a aparente alienação generalizada de uma parcela significativa da população brasileira. Porém, nos incita à máxima *gramsciana* do otimismo da vontade, semeando, celebrando a vitória das mulheres pretas, trans, LGBT’s, indígenas e visualizando as múltiplas e potentes formas, presenças e linguagens de reexistências das mulheres, do passado, do presente e do futuro.

*No meio das trevas, sorrio à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Então, procuro uma razão para esta alegria, não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma. Creio que a própria vida é o único segredo*

Rosa Luxemburgo

---

<sup>19</sup> Aqui ainda ressaltamos a questão da importância dos/as intelectuais perante a crise estrutural brasileira, e retomamos a célebre e clarividente entrevista do geógrafo, professor da USP e grande intelectual Milton Santos, no Roda Viva, em 1997: “O intelectual existe para criar um desconforto, é o seu papel, e ele tem que ser forte o bastante para continuar exercendo esse papel. (...). Se aderem é porque são menos intelectuais. O intelectual se caracteriza pela sua força crítica. Quem, dotado de força crítica for, jamais vai imaginar que é uma só perspectiva, uma só alternativa. Acho que está ligado também à intelectualidade brasileira que é em grande parte formada por pessoas que preferem ser statement, do que ser intelectuais, não posso ser simplesmente intelectual e statement... E quando os intelectuais decidem ser statement, eles abandonam sua capacidade política, sua vontade crítica. E traem, traem a sua missão. Isso que está acontecendo.” Transcrição Disponível em: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/112/milton%20santos/entrevistados/milton\\_santos\\_1997.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/112/milton%20santos/entrevistados/milton_santos_1997.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

Figura 4: Diva



**Fonte:** *A vagina que salvou o Réveillon do Brasil*. Por Eliane Brum<sup>20</sup>. “Ao cobrir a terra arrasada pelo canalial com uma buceta de 33 metros, a obra da artista pernambucana Juliana Notari interrompeu a farra bolsanarista.”

### Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Silvio. Prefácio. In: HAIDES, Asad. *Armadilhas da Identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Editora Veneta, 2019.

ANDRADE, Mário. *Macunaíma: o Herói sem Nenhum Caráter*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A, 1974.

ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo. Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado* (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

---

<sup>20</sup> Neste belíssimo ensaio de Eliane Brum, entre outras contribuições instigantes sobre a tragédia brasileira em tempos pandêmicos bolsanaristas, destaca *Ao comentar sua mais recente intervenção artística nas redes sociais, a artista Juliana Notari escreveu: “Em ‘Diva’, utilizo a arte para dialogar com questões que remetem à problematização de gênero a partir de uma perspectiva feminina aliada a uma cosmovisão que questiona a relação entre natureza e cultura na nossa sociedade ocidental falocêntrica e antropocêntrica. Atualmente, essas questões têm se tornado cada vez mais urgentes. Afinal, será a mudança de perspectiva da nossa relação entre humanos e entre humano e não-humano que permitirá com que vivamos mais tempo nesse planeta e numa sociedade menos desigual e catastrófica”*.

Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/01/07/a-vagina-que-salvou-o-reveillon-do-brasil-por-eliane-brum/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BENJAMIM, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BUFALO, Joseane. *Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001)*. Tese de Doutorado. FE Unicamp, 2009.

CERISARA, Ana Beatriz. *A construção da identidade dos profissionais e educação infantil: entre o feminino e o profissional*. Tese (Doutorado em Educação) - USP, São Paulo, 1996.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMARTINI, Zeila B. F.; ANTUNES, Fátima F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Caderno de Pesquisas*; São Paulo (86): 5-14, ago. 1993.

EVARISTO. Conceição. *Insubmissas lágrimas das mulheres*. Rio de Janeiro. 2016.

FALQUET, Jules. *Pax neoliberalia: perspectivas feministas sobre (la reorganização de) la violência contra las mujeres*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Madreselva, 2017.

FALQUET, Jules; CISNE, Mirla. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 22, n.2, jan./jun. 2020. p. 425-440.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de et al. Relazioni di genere, educazione della prima infanzia e cambiamenti sociopolitici in Brasile: contributi per uno stato dell'arte. *Rivista italiana di Educazione Familiare*. Università di Firenze, Firenze, Itália: n. 2, 2018. p. 209-230.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero no Brasil: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*. Campinas, jan/jun de 2006. p. 279-287.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educ. Soc.* Campinas: v.20 n.69, dez. 1999. p. 60-91.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2019. e70010.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020. e0102.

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia A.; FARIA, Ana Lúcia Goulart.de (orgs.) *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas: ALB e Leitura Crítica, São Paulo: FCC, 2015.

FINCO, Daniela; SILVA, Adriana A.; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Dossiê: Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas. *Revista Zero-a-Seis*, Ufsc, Florianópolis, v. 20, n. 37, 2018.

FÓRUM PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Educação Infantil à distância: um terraplanismo pedagógico? São Paulo, 2020a. Disponível em: <<https://pt->



br.facebook.com/FPEISP/photos/pcb.1677452425727589/1677432812396217/?type=3&theater> . Acesso em: 16 jul. 2020.

FÓRUM PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Manifesto público. Vamos Voltar? AGORA NÃO! São Paulo, 2020b. Disponível em: <<https://sindsepsp.org.br/noticias/educacao/manifesto-do-fpei-vamos-voltar-agora-nao-5544>> . Acesso em: 21 jul. 2020.

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx. Por uma concepção expandida do Capitalismo, *Revista Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, V. 06, N. 10, 2015. p. 704-728.

GALEANO, Eduardo. *Mulheres*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa* [online]. v.37, n.132, 2007. p. 595-609.

HIRATA, Helena. Centralidade do trabalho, subjetividade e relações sociais. Pesquisar com Danièle Kergoat. In: KERGOAT, Danièle. *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo, 2018. p. 13-22.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 26, n.1, 2020. p. 61-73.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo e a expansão do capitalismo: uma chave marxista para compreender a colonialidade? In: CAHEN, Michael; BRAGA, Ruy. (Orgs.) *Para além do pós(-) colonial*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 77-91.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÖWY, Michael. “Gripezinha”- o neofascista Bolsonaro diante da epidemia. In: TOSTES, Anjuli; FILHO, Hugo Melo (orgs). *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6, 2020. p. 147-150.

LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Elisa L. (org.) *Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

RATTS, A. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SAFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão

Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO Jr, Plinio de Arruda. Ressaca eleitoral. In: *A terra é redonda* (online). Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/ressaca-eleitoral/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTOS, Natalia Cardia; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; SILVA, Adriana Alves. Outras Linguagens: Resistir para/com a infância continuar a existir: transcrição de 21 lives sobre infâncias e educação infantil na pandemia de Covid-19. *Zero-a-Seis*, Ufsc, Florianópolis, v. 22, n. 53, nov-dez/2020. p. 852-1174.

SANTOS, Solange Estanislau et al. (orgs.) *Pedagogias descolonizadoras e infâncias: por uma educação emancipatória desde o nascimento*. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

SEMERARO, G. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 26, 2006. p. 373-391.

SILVA, Peterson Rigato; SILVA, Tassio Jose; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte. *Cadernos Pagu* (58), jan/jun de 2020: e205815.

SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. "Isso aí é Rachismo!". *Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para Pedagogias descolonizadoras*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. Lute como uma menina! O verbo é lutar desde o nascimento na vida de meninas e mulheres. In: ALVARENGA, Marcia S.; TAVARES, Maria Tereza; MACHADO, Rita Fraga. (orgs.) Dossiê Rosa Luxemburgo, mulheres, liberdade e revolução. *Revista História*, Rio Grande, v. 10, n. 1, 2019. p. 59-82.

SILVA, Adriana A.; MACEDO, Elina Elias. Creche: uma bandeira da despatriarcalização. In: TELES, Maria Amélia A.; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (orgs.) *Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!* São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 145-162.

SILVA, Adriana A. Niunamenos: feminismo, pedagogias e poéticas da resistência. Dossiê Feminismo em estado de alerta na educação de crianças pequenas em creches e pré-escolas. *Revista Zero-a-seis* (UFSC), jan-jul, 2018. p. 221-234.

TELES, Maria Amélia A.; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs.) *Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!* São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

VIANNA, Claudia P. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos PAGU*, Campinas, SP, n. 17/18, 2006. p. 81-103.

## Filmografia:

GÊNERO SOB ATAQUE. Direção: Jerónimo Centurión. Peru, Costa Rica,

# MOURO

ISSN 2175-4837

Colombia, Brasil, 2018. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St\\_zUM7M](https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M) . Acesso em: 4 jan. 2021.

LUTE COMO UMA MENINA. Direção: Beatriz Alonso e Flávio Colombini, Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA> . Acesso em: 4 jan. 2021.

SEMENTES: mulheres pretas no poder. Direção: Éthel Oliveira, Julia Mariano, Brasil, 2020. Disponível para locação/sessões coletivas em: <https://embaubafilmes.com.br/distribuicao/sementes/> . Acesso em: 4 jan. 2021.

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Brasil, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XJYct4MGuYk> . Acesso em: 4 jan. 2021.